

Resenha¹ de: **Storto**, Luciana (2019). *Línguas indígenas: Tradição, universais e diversidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras. Pp.196. ISBN 978-85-7591-543-1. R\$ 34,30.²

Resenhado por:
Hein van der Voort
Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9944-6816>

Existem três introduções em forma de livro sobre o tema da linguística indígena brasileira escritas em língua portuguesa. Mattoso Câmara Jr. (1965) foi essencial para colocar a pesquisa de línguas indígenas na agenda da ciência linguística no país. Rodrigues (1986) contribuiu de maneira crucial para o conhecimento a respeito das línguas indígenas brasileiras tanto entre profissionais quanto entre leigos, e teve um papel importante estimulando uma nova geração de brasileiros que se envolveram no estudo de línguas indígenas. Ambas as introduções foram fundamentais para desenvolvimentos posteriores, e, desde o final dos anos 80, houve uma intensificação nas pesquisas sobre línguas indígenas, o que levou a um salto na abrangência e na qualidade do nosso conhecimento científico sobre as línguas brasileiras. Porém, para o público geral, que desconhece esses avanços, faltava uma nova introdução ao tema, que poderia resumir os novos desenvolvimentos de maneira acessível.³

No final do ano de 2019, a linguista Luciana Storto (Universidade de São Paulo), publicou um livro introdutório sobre línguas indígenas brasileiras. A autora é conhecida pelo seu trabalho descritivo e teórico com a língua Karitiana, da família (ou tronco) Tupí, subfamília Arikém, falada no estado de Rondônia. O seu envolvimento com a língua, desde 1990, teve também repercussões importantes para os próprios falantes. Em colaboração com a comunidade, ela desenvolveu materiais didáticos, estabeleceu uma “Casa da Língua”⁴ para estimular a preservação e documentação das tradições orais, e treinou pesquisadores indígenas, que mais tarde foram contratados pelo Estado como professores indígenas. Hoje, praticamente todos os membros da etnia que moram nas aldeias ainda falam a língua. Além de estudos da língua Karitiana, a autora tem se especializado recentemente na documentação e análise da língua Dâw, da família Naduhup, do Amazonas. As línguas indígenas da Amazônia muitas vezes mostram propriedades que são desconhecidas nas línguas indo-europeias e que são, às vezes, até únicas no mundo. Por isso, o conhecimento profundo de uma ou algumas línguas indígenas, como a autora possui, é um excelente fundamento para uma formação em Linguística. O trabalho de campo, os vários projetos de pesquisa e os anos de experiência no

¹ Estou muito agradecido aos/às pareceristas anônimos/as desta resenha e às minhas colegas Jimena Beltrão e Gessiane Picanço pelas correções e os comentários valiosos.

² <https://www.mercado-de-letras.com.br/livro-mway.php?codid=616>.

³ Além das obras mencionadas acima foi publicado recentemente um outro livro introdutório sobre línguas indígenas brasileiras, organizado por Bruna Franchetto e Kristina Balykova (2020). Apesar desse livro ser muito útil para o público geral, é de uma natureza bem diferente. Não representa um sobrevoos sistemático sobre as línguas e as suas propriedades, mas trata de uma seleção de línguas específicas—embora bem representativa para a diversidade linguística brasileira—em 18 capítulos escritos por linguistas especializados a respeito.

⁴ A “Casa da Língua” sediou o projeto de alfabetização em língua indígena, que ensinou um terço da população acima de 10 anos para usar a ortografia e nos materiais didáticos desenvolvidos, materiais que, até hoje, são usados na escola indígena (Storto et al. 2019; Storto 2002).

(2) *Tiïta ni'kó kã-re do 'á-toha-pó*
 então um+CL.NUM.ANIMADO.FEM ele-OBJ cozinhar-JÁ-PASS.REM.REP 3SGF
 'Aí, dizem que ela já tinha cozinhado ele.' (Tukano, Tukano Oriental)

(3) *yit yúp=ʔãy tih-ăn ciw-yiʔ-ciwiy=mah j'am*
 então DEM=FEM 3SG-OBJ cozinhar-TEL-JÁ=REP PASS.REM
 'Aí, dizem que ela já tinha cozinhado ele.' (Hup, Naduhup)

As regiões do Sudoeste Amazônico e do Alto Xingú também mostram traços de difusão areal, mas não contam com tradições de exogamia linguística. O Sudoeste Amazônico é excepcionalmente diverso com respeito às línguas indígenas, incluindo sete famílias linguísticas e dez línguas isoladas. Entre os traços areais mencionados são similaridade entre as línguas com respeito a certos itens lexicais, como milho (*atiti, atsitsi, tʃiʃi*), banana (*apara, dipara, chhi-peʔ*), flecha (*mambi, kubi, mapí*) e estrela (*wirəwirə, wariwari, waruwaru*). Como traços gramaticais espalhadas entre línguas de famílias diferentes, Storto menciona entre outras coisas classificadores (veja os comentários mais à frente), a raiz semanticamente vazia, e um morfema aplicativo de forma *-ta-*. Sobre a região Alto-Xinguano, a autora observa que se trata provavelmente de uma área linguística incipiente, onde não é possível identificar muitos traços de convergência entre as línguas, que são das famílias Tupí, Karib, Aruak e que incluem também a língua isolada Trumai. Porém, as similaridades culturais são muito grandes, apesar de que a coexistência dos povos nessa região é de data relativamente recente, e que o multilinguismo é raro na região.

Os três capítulos seguintes são dedicados à gramática das línguas indígenas brasileiras: morfologia e sintaxe (Cap. 3); semântica e pragmática (Cap. 4); fonética e fonologia (Cap. 5). Esses capítulos tratam da gramática do ponto de vista das próprias línguas indígenas, e são ricos em exemplos concretos de estruturas linguísticas, oriundos de descrições recentes de uma seleção de línguas indígenas do Brasil. Apesar de o maior número de exemplos ser da língua Karitiana, a autora fornece um quadro tipológico bastante completo, porque exemplos de muitas outras línguas também foram adicionados, já que todas as línguas possuem fenômenos e estruturas diferentes.

O Capítulo 3 trata de morfologia e sintaxe. Um dos aspectos que torna o livro didático é o fato da autora sempre começar com os fundamentos dessas disciplinas. Ela explica, de modo atraente, conceitos básicos, como o de morfema, mas isso não quer dizer que o livro permaneça neste nível. Nas seguintes subseções, por exemplo, ela introduz assuntos como o padrão ativo-estativo nos marcadores morfológicos de pessoa em Apurinã e Mawé. Essas línguas funcionam somente como exemplo para o fenômeno encontrado em muitas línguas, de que a marcação de pessoa em verbos intransitivos depende de se o sujeito é agente, como em 'correr', ou paciente, como em 'ser pontiagudo' ou 'estar cansado', o que, portanto, depende da semântica do verbo. No caso em que o sujeito é um paciente, ele é marcado igual o objeto de um verbo transitivo, como 'trazer' ou 'ensinar'. Veja os seguintes exemplos do Apurinã (Aruak) (4) e Sateré-Mawé (Tupí) (5):

(4) *y-myna-ry* 'Ele o trouxe.' (transitivo)
y-myteka 'Ele corre.' (intransitivo ativo)
pāawana-ry '(A flecha) é pontiaguda.' (intransitivo estativo)

(5) *u-i-muu'e* 'Alguém me ensina.' (transitivo)
a-re-put 'Eu corro.' (intransitivo ativo)
u-h-eera 'Eu estou cansado.' (intransitivo estativo)

Exemplo (4) mostra que, em Apurinã, *y-* funciona como o marcador de sujeito 3SG tanto de verbos transitivos quanto de verbos ativos intransitivos, enquanto *ry-* funciona como marcador tanto de objeto 3SG de verbos transitivos quanto sujeito 3SG de verbos estativos intransitivos. As estruturas do Sateré-Mawé em (5) são diferentes, mas revelam o mesmo fenômeno, em que o prefixo *u-* funciona como marcador de objeto 1SG do verbo transitivo e sujeito 1SG do verbo estativo intransitivo, enquanto *a-* marca o sujeito 1SG do verbo ativo intransitivo (e do verbo transitivo).⁵ Como a marcação do sujeito varia dependendo da semântica do verbo intransitivo, o fenômeno também é chamado de intransitividade cindida.

Na subseção sobre processos de mudança de valência, a autora dá exemplos de línguas Tupí, Jê e Aruak. Com respeito a causativização na língua xinguana Juruna (ou Yudjá, Tupí), a autora faz uma observação fascinante. O marcador que deriva a forma causativa de verbos na maioria das línguas Tupí é o prefixo *mo-* ou uma forma semelhante. Em Juruna, o causativizador *ma-* é usado somente em verbos intransitivos estativos, enquanto o causativizador de verbos ativos é *u-*. Já vimos acima que também a língua Sateré-Mawé faz distinção entre verbos intransitivos ativos e estativos. Outras línguas Tupí, como Aweti e as da subfamília Tupí-Guaraní, fazem essa distinção também, enquanto que nenhuma língua Tupí de Rondônia o faz. De acordo com uma hipótese levantada por Rodrigues (1964), Rondônia é provavelmente a região onde a família Tupí emergiu 5000 anos atrás, porque é lá que a maior diversidade das línguas Tupí se concentra. Luciana Storto observa que línguas Tupí que emigraram de Rondônia possivelmente adquiriram uma distinção ativo-estativo na morfologia verbal no contato com línguas locais que tinham essa distinção, o que corrobora a hipótese de Rondônia como terra originária do Tupí.

Outras subseções são igualmente fascinantes e tratam, por exemplo, da distinção entre formas pronominais e concordância em diferentes línguas Tupí, da ergatividade em Canela e Kuikuro, e de marcação diferencial de objetos em línguas Naduhup e Tukano. O aluno iniciante logo pode se familiarizar com dados concretos e empolgantes de línguas indígenas amazônicas. Nem todos os países do mundo têm tanta riqueza linguística no seu quintal!

O Capítulo 4 trata de semântica e pragmática. Como a semântica representa um campo vasto, que se pode abordar de várias maneiras, a autora seleciona uma categoria concreta, número, e discute sobre as maneiras em que essa categoria é expressa em algumas línguas indígenas. Muitas línguas indígenas não possuem uma categoria gramatical obrigatória de número, o que não significa que o processo de quantificação não ocorre nessas línguas. A autora detalha também com exemplos a expressão de inclusividade vs. exclusividade pronominal, e de substantivos contáveis vs. massivos. Quando trata dos verbos, Storto detalha o fenômeno de pluracionalidade, expresso por reduplicação, supleção e outros meios, em Karitiana e Mëbengokre. Por exemplo, o Karitiana não possui uma categoria de número nominal e nem uma distinção entre definido e indefinido. Consequentemente, a palavra *ōwã* pode significar ‘criança(s), a(s) criança(s), alguma(s) criança(s)’. Além disso, não tem modificadores nominais de quantificação, como ‘todo’. Mesmo assim, é possível expressar quantificação por outros meios. Karitiana possui numerais que podem ser usados em sintagmas posposicionais para expressar quantidade nominal, como em (6), e em vez de um quantificador nominal significando ‘todo’, Karitiana usa o subordinador aspectual verbal *-tyym* que significa ‘quando completo’, como em (7) (exemplos de p. 100-101, com glosas originais):

- (6) *yn naka-y-t sypom-t pikom*
 1S DECL-comer-NFUT dois-POSP macaco
 ‘Eu comi dois macacos.’

⁵ Veja Meira (2006). Os elementos *i-*, *re-*, e *h-* no exemplo (5) são marcadores de classe verbal.

- (7) *sojxaaty aka-tyym na-pon-pon-ø João*
 porco cópula-ASP DECL-atirar-DUPL-NFUT João
 ‘João atirou em todos os porcos.’

O sistema pronominal em Karitiana tampouco inclui uma categoria de número. A terceira pessoa é *i* na interpretação singular e plural. E ao invés de segunda pessoa plural o pronome *ajxa* ‘vocês’ significa ‘você e outro(s)’. A primeira pessoa plural distingue duas formas: *yjxa* ‘nos inclusivo’, ou seja, o falante (eu) o ouvinte (você) e possivelmente outra(s) (terceira(s)) pessoa(s), e *yta* ‘nos exclusivo’, ou seja, o falante e outra(s) pessoa(s), mas sem o ouvinte. A distinção entre inclusividade e exclusividade no sistema pronominal é um fenômeno ausente na Europa, mas encontrada em muitas línguas em outras partes do mundo e relativamente comum no centroeste da América do Sul (Crevels & Muysken 2005).

Um outro fenômeno, já mencionado acima, que pode contribuir à expressão de pluralidade nominal é a pluracionalidade: pluralidade verbal que indica que um evento ocorre mais de uma vez. Em Karitiana isso pode causar uma interpretação plural de argumentos em alguns casos. Estratégias importantes para expressar pluracionalidade são reduplicação, como em exemplo (8), e supleção, como em (9) versus (10) (exemplos, cf. páginas 104-105, com as glosas originais e inconsistentes-veja comentários mais à frente):

- (8) *Mÿjym-t ejepo na-aka-t i-ot-ot-ø*
 três-OBL pedra DECL-AUX-NFUT PART-cair-DUPL-NFUT
 ‘Três pedras caíram.’

- (9) *Yn ø-na-oky-t pikom*
 Eu 3-DECL-matar-NFUT macaco
 ‘Eu matei (um(s)/o(s)) macaco(s).’

- (10) *Yn ø-na-popi-t pikom*
 Eu 3-DECL-matar.PL-NFUT macaco
 ‘Eu matei (uns/os) macacos.’

Na subseção sobre pragmática, a relação entre gramática e o contexto de uso é ilustrada por sistemas de classificação nominal na língua Karo e, especialmente, no Mundurukú, ambas línguas Tupí, e pela expressão gramatical de evidencialidade no Karo, que possui um inventário relativamente extenso de distinções. Em Karo é obrigatório especificar na gramática qual é o tipo de evidência que o falante tem para o que está dizendo. São partículas como *topə*, que expressa que o falante viu com os próprios olhos o evento relatado, *toʔwa*, que expressa que o falante ouviu falar sobre o evento relatado, *tə*, que indica que o falante tem somente evidência indireta, ou *aket*, que indica uma inferência. Várias línguas brasileiras possuem distinções gramaticais de evidencialidade, mas o Karo tem o número excepcional de 11 distinções. Exemplo (11) mostra o uso do evidencial *aket* ‘inferência’ (exemplo de p. 110, com glosas originais):

- (11) *péŋ aʔ-wĩ-n aket*
 branco 3S-matar-IND1 EVID
 ‘O homem branco deve ter matado ele/ela.’

No capítulo 5, a autora trata de fonética e fonologia. Depois de introduzir as características gerais de vogais e consoantes, ela apresenta os tópicos relevantes à fonologia suprasegmental, como glocalização, nasalidade e tom, ilustrados com exemplos das línguas Tukano. Logo em seguida, na seção sobre fonética e fonologia segmental, são apresentados os

quadros de vogais e consoantes de quase todas as famílias linguísticas e algumas línguas isoladas do Brasil, extraídos do seu levantamento anterior (Storto & Demolin 2012). Apesar de que faltam os quadros fonológicos das famílias Katukina, Bora e Guaikurú, e das línguas isoladas Iranxe/Mÿky, Tikuna e Kanoé, a disponibilidade deste levantamento em língua portuguesa é extremamente útil.

O tema do capítulo final é arte verbal e tradições orais. Nesse capítulo, a autora aborda o discurso especializado e usos poéticos de linguagem, tomando como exemplos uma narrativa ritual na língua Karitiana e alguns fragmentos de narrativas mitológicas na língua Kuikuro. Ela mostra vários recursos especiais que as línguas têm em todos os níveis (léxico, gramática, fonologia) para segurar a atenção do ouvinte, encantar um público e criar arte verbal. Um dos recursos frequentemente usados para dar efeito poético é o dispositivo retórico conhecido como paralelismo, a repetição de sentenças previamente mencionadas, com pequenas variações na forma, na estrutura ou no sentido. A seguinte série de sentenças representa um trecho da narrativa mitológica das hiper-mulheres em Kuikuro, língua Karib do Alto Xingu, citado de Franchetto (2003) na página 170:

- (12) *etinki-ta-ko* *leha ege-i leha*
 metamorfosear-CONT-PL ASP DEIT-COP ASP
 ‘Eles se metamorfoseavam, lá longe, enfim’
- (13) *etinki-ta-ko* *leha heu kwegü-i*
 metamorfosear-CONT-PL ASP porco hiper-COP
 ‘Eles se metamorfoseavam em queixadas’
- (14) *etinki-ta-ko* *leha*
 metamorfosear-CONT-PL ASP
 ‘Eles se metamorfosearam’

O livro é muito rico em exemplos fascinantes de várias línguas recém documentadas, além de ser escrito num estilo acessível. O livro também tem qualidades didáticas, já que fornece exercícios e suas resoluções ao final, como mencionado anteriormente, tornando-o também útil para a sala de aula. As informações sobre as línguas são geralmente confiáveis, atuais e bem fundamentadas. Storto afirma que, quando variantes de uma mesma língua (dialetos) são distinguidas, com base no princípio de inteligibilidade mútua, o número total de línguas indígenas conhecidas no país é um pouco acima de 150. Essa informação difere, por exemplo, da contagem caótica das supostas 274 línguas diferentes no censo do IBGE de 2010. Outra questão importante apontada pela autora é a distinção entre estimativas de população e número de falantes, a qual é pertinente na avaliação da situação de ameaça das línguas, apesar de que tais números rapidamente se desatualizam, mesmo se baseados nos números mais recentes das fontes mais confiáveis. Uma outra temática muito relevante no estudo atual das línguas indígenas é a linguística areal, e é louvável que tenha sido incluído em um livro introdutório como esse.

Mesmo com tantos acertos (a maior parte), o livro inclui partes e detalhes não tão bem sucedidos. Apesar de todo o cuidado tomado no inventário das línguas e suas famílias, e na definição da terminologia envolvida, o mapa nas páginas 16-17 é inadequado como mapa de famílias linguísticas. Isto porque o mapa não localiza famílias linguísticas, mas povos indígenas nas terras da União. Por exemplo, “34 - Aikanã e Nambikwara” não representa uma família linguística, mas uma terra indígena onde uma parte dos povos Aikanã (que falam uma língua isolada) e Latundê (língua da família Nambikwara) habitam, além do povo Kwazá (língua isolada) e representantes de alguns outros povos. O mapa, inclusive sua legenda

equivocada, foi extraído de uma página da web do Instituto Socioambiental (naturalmente com a devida referência). O livro merecia um mapa próprio. E o que surpreende ainda mais é que o mesmo mapa foi repetido no Capítulo 2 nas páginas 36-37.

Com respeito às línguas gerais, a autora afirma, na página 32, que “nunca chegaram a ser línguas crioulas, pois nunca houve um pidgin (ver definição no segundo parágrafo após a tabela das línguas crioulas) falado no Brasil.”. Não é bem assim. Entre outras razões, não há consenso sobre a teoria que uma fase pidgin é condição para uma língua crioula emergir (veja p.ex. Thomason 2001). Mais importante ainda, não se pode afirmar que nunca houve um pidgin no Brasil. É verdade que quase não houve documentação de pidgins estáveis em território brasileiro (o que pode ter explicações diferentes, como a falta de documentação de línguas indígenas; tradições de multilinguismo; a atual disponibilidade geral do português como língua franca etc.), mas, para dar um exemplo concreto, no contexto da linha telegráfica construída pela comissão Rondon foi observado em certos trechos o uso de um pidgin baseado nas línguas Nambikwara e português (veja Lévi-Strauss 1955). Um outro exemplo é o Pidgin Carib falado nas Guianas e Brasil e documentado desde o século XVII até XX (Bakker et al. 2018, Nimuendajú 1926). Um exemplo mais recente é o pidgin usado entre os Kanoé e Akuntsú no sul de Rondônia. Além do mais, não existe consenso sobre o status da Língua Geral Amazônica como língua não crioula, como mostram as posições diferentes entre Bakker (2014), e Moore (2014).

Na página 55, a autora alega que há uma divergência entre Crevels & Voort (2008) e Aikhenvald (2012) com respeito à presença ou ausência de classificadores nas línguas da região do Guaporé-Mamoré; porém, essa suposta divergência baseia-se em um equívoco na interpretação das fontes. Em Crevels & Voort (2008) está bem claro que um terço da amostra de línguas da região possui classificadores e, por consequência, trata-se de uma relativa escassez, e não de uma falta. Isso foi reconhecido pela própria Aikhenvald (2012: 85), quando menciona que há várias línguas na região sem classificadores. Ainda a propósito de classificadores, na página 116, ao invés de recorrer a Aikhenvald (2012) sobre classificadores na língua Mundurukú, língua que não é especialidade dessa autora, teria sido melhor que Storto tivesse referido a Gonçalves (1987), que afirma que o Mundurukú tem muitos classificadores.

Estranha, também, a glosa “MDO”, que ocorre a partir da página 88 em exemplos da língua Dâw (família Naduhup). A Marcação Diferencial de Objeto é um processo gramatical, não um morfema ou um conteúdo semântico. O morfema em questão, o sufixo *-ũũy*’, parece simplesmente significar ‘objeto’, então uma glosa como “OBJ” seria suficiente. O fenômeno de marcação diferencial de objeto tem uma determinada função em Dâw, a saber a distinção entre objeto definido (com sufixo *-ũũy*’) e objeto indefinido (sem sufixo), e por isso, uma possibilidade alternativa seria usar ou criar uma glosa que refletisse a essa função. Às vezes isso é difícil, porque o mesmo elemento gramatical pode ter múltiplas funções ou uma função muito abrangente. No caso do morfema de objeto em Dâw, a autora cita Costa (2014), que aparentemente supõe a existência de três morfemas diferentes, todos com exatamente a mesma forma *-ũũy*’, e com funções estreitamente relacionadas. A única diferença parece ser a distribuição desses morfemas: um ocorre com objetos diretos (15), outro com objetos oblíquos (16) e outro ainda com adjuntos (17) (exemplos das páginas 88-89 do livro, com as glosas originais):

- (15) *Ãr wâay taax-ũũy*
 1S ver anta-MDO
 ‘Eu vi a anta.’⁶

⁶ Sem o marcador de objeto, a tradução do exemplo (1) seria: ‘Eu vi uma anta.’.

- (16) *woor nõo tir-ũty' yuun kãs*
 Tukano dar 3S-OBLÍQUO roupa velha
 ‘O Tukano dá roupa velha para ele.’
- (17) *tir yar yâ w'eer tir weed tôoc tir 'ãam-ũty'*
 3S trazer voltar HAB.2 3S comida pedaço 3S esposa-OBLÍQUO
 ‘Ele sempre trazia resto de comida para a mulher dele.’

Essa análise é contrastada com a de Silvana Martins (2004), que considera um único morfema *-ũty'*, por ela chamado de “caso afetado”. Não está claro qual dessas análises é preferida por Storto. Não estou argumentando contra o envolvimento de *-ũty'* em marcação diferencial de objeto, mas uma análise de três morfemas distintos, apesar de serem de forma e de função aparentemente iguais e não distintas na língua Dâw, demonstra uma falta de generalização.

Com respeito à análise da primeira pessoa plural (‘nos’) a explicação do pronome inclusivo *yjxa* deixa o leitor confuso. Normalmente, na literatura linguística (por exemplo Siewierska 2004, Cysouw 2013), 1PL inclusivo significa algo como ‘eu, você (e possivelmente mais outros)’, enquanto 1PL exclusivo significa ‘eu e outros’, excluindo o interlocutor (‘você’). Na página 103, a autora diz que *yta* exclui o interlocutor. Porém, onde está o interlocutor em *yjxa*, que é parafraseado como ‘eu, outro, e outros como ele’? Pela análise e tradução apresentadas nas páginas 102-103 o pronome *yjxa* não parece incluir a segunda pessoa (‘você’). Mas há dois exemplos no livro, onde *yjxa* é claramente inclusivo: exemplo (1) na página 122, que parece um convite, e nas linhas (17) e (18) na página 159, que formam parte de uma orientação tradicional ao ouvinte. Aparentemente *yjxa* significa ‘eu, você, e possivelmente outros’, o que a autora deveria ter deixado mais explícito.

Com respeito à terminologia, na página 104 o processo de reduplicação é chamado várias vezes de “duplicação”. Porém, a terminologia padrão e mais adequada é *reduplicação*, por duas razões interligadas: (1) *reduplicação* refere-se a uma operação gramatical que, por meio de repetição (duplicação) de forma, cria um novo sentido. Consequentemente, *reduplicação* não representa uma simples repetição do sentido da forma repetida. Em Malayo, *ayam ayam* não quer dizer ‘galinha galinha’, mas significa ‘galinhas’. (2) O elemento *re-* na palavra *reduplicação* não é redundante e não significa que a base fica ‘duplicada de novo’. De fato, o prefixo *re-* tem sentidos diferentes: (a) *re-* pode significar uma repetição, como em *reler*, *recorrer* etc.; (b) *re-* também pode ter o sentido original de mudança para um outro estado, como em *reforçar*, *revelar* ou *refrescar*, ou um retorno a uma situação anterior, como em *retornar*. É verdade que, em muitas palavras, o prefixo *re-* não é mais produtivo, por exemplo em *reduzir* ou *rejeitar*. No caso de *reduplicação*, se considerar o prefixo ainda produtivo, *re-* parece indicar um sentido de mudança.

A subseção sobre pragmática (pp. 109-121) é uma tentativa de ilustrar a relação entre gramática e o contexto de uso. A expressão gramatical de evidencialidade é um bom exemplo de como as línguas indígenas podem contribuir para o estudo da pragmática. Porém, não está claro o que a maior parte dessa subseção, 10 páginas sobre classificação nominal, tem a ver com pragmática. Não que uma relação não possa ser estabelecida, mas a autora não a explicita. Essa parte trata somente de aspectos morfossintáticos e histórico-comparativos de classificadores nominais em Karo e Mundurukú. Teria ficado melhor apresentá-la no capítulo 3.

A metade do capítulo sobre fonologia consiste em exemplos de sistemas fonológicos em línguas e famílias linguísticas diferentes. A discussão desses sistemas é muito útil. Infelizmente, porém, alguns quadros fonêmicos estão sem (como Pano, p. 140, Trumai, p. 145, e Kwazá, p. 146) ou quase sem (Arawa, p. 143) texto apresentando e comentando sobre suas propriedades. Além disso, alguns quadros contêm erros e omissões, por exemplo, os quadros

de vogais nasais do Aikanã e do Kwazá. Essa parte dá a impressão de que o manuscrito do capítulo não foi finalizado antes de sua publicação.

Um ponto negativo do livro é quanto à revisão final. Há vários erros, especialmente de formatação, que demonstram descuido na correção da versão final. Aqui apresento uma seleção desses erros, que não prejudicam o conteúdo, mas que confundem o leitor:

- Inconsistências no formato da numeração de exemplos: 15, 15., 15), (15) etc.
- Inconsistências no formato dos títulos das subseções, p.ex. às vezes em tipo itálico, às vezes não.
- Inconsistências na escrita de nomes, como p.ex. Muller = Müller; Calbazar = Cabalzar; Guildea = Gildea; Yathê = Yatê.
- Símbolos que viraram retângulos, p.ex. My□ky, que deve ser Mÿky.
- Mapas com erros, p.ex. mapa 3, p. 48, onde Colorado do Oeste deve ser Vilhena.
- Tabelas malfeitas, p.ex. tabela 2, p. 56, que tem uma coluna supérflua; na tabela 3, p. 119 não estão identificadas as línguas comparadas; uso inconsistente de fontes.
- Às vezes se refere a um capítulo como uma “seção”, p.ex. na p. 67.
- A fonte e o distanciamento entre linhas dos exemplos nas páginas 99-104 são diferentes da fonte e do distanciamento em exemplos no restante do livro.

Com respeito à apresentação de exemplos e glosas interlineares, há muitas inconsistências. O sufixo *-t* de Karitiana está com a glosa ‘posp’ em vários exemplos nas páginas 100 e 101, enquanto o mesmo sufixo está com a glosa ‘obl’ na página 104, exemplos (10) e (11). Na página 106, exemplos (17) e (18) têm ‘posp’, enquanto (19) e (20) têm ‘obl’ para os mesmos sufixos. A glosa é inconsistente até dentro de exemplos, como em (17) e (18) onde o sufixo ocorre múltiplas vezes. Isso é só um dos casos de glosas inconsistentes. Além disso, a maioria das glosas está em letras minúsculas tipo comum, exceto a glosa abstrata CL de classificador, que está em letras maiúsculas, igual a todas as glosas abstratas nas páginas 88, 90, 123, 173-176. Porém, seria ainda melhor apresentar as glosas abstratas, como *posp*, *tran*, *caus*, em tipo versalete, como *POSP*, *TRAN*, *CAUS*, como nas páginas 95-96. Às vezes, a primeira glosa de um exemplo começa com uma letra maiúscula, como se fosse a primeira palavra de uma sentença própria. Isso ocorre em exemplo (39) na página 75, onde a glosa ‘Eu’ deveria ser escrita como ‘eu’. Há vários outros casos disso em exemplos nas páginas 94, 95, 99, 105, 117, 118, 122, 123, que se deve provavelmente a uma configuração automática no processador de textos usado pela editora ou a autora.

As referências bibliográficas representam fontes do nosso conhecimento, e são por isso um dos mais importantes instrumentos de pesquisa. Servem para garantir a verificabilidade (ou falseabilidade) das nossas pesquisas, para reconhecer e verificar as pesquisas dos outros, e para avançar as nossas próprias pesquisas. Infelizmente, nos cursos acadêmicos existe uma falta generalizada de conhecimento sobre esse instrumento essencial. Com relação às referências bibliográficas, no livro aqui resenhado há vários problemas:

- Na lista de referências faltam os números das páginas de muitos artigos e capítulos, e às vezes os nomes de organizadores de livros e os próprios títulos de livros, p.ex. em Meira (2006).

- Várias referências mencionadas no texto faltam na lista, p.ex. Bruno (2003); Cabalzar e Ricardo (2006); Jackson (1972); Meira (2004); Pachêco (2001); Pires (2012); Storto & Costa (no prelo); Tavares (2005).⁷
- Para não sobrecarregar o texto seria melhor usar a expressão et al. ('e outros/as'), para abreviar referências bibliográficas compridas, como "Müller et al.", em vez de ficar repetindo "Muller [sic], Storto e Coutinho-Silva". Por outro lado, não deveria se usar a expressão et al. na lista de referências bibliográficas. O objetivo da lista de referências é justamente fornecer os dados completos, e dar crédito adequado à autoria de uma obra, o que falta em Clement et al., Crevels et al. e Galucio et al.

Apesar dos problemas constatados, que na grande maioria dos casos resultam de lapso, erros de formatação ou de pressa na produção, e que não afetam o conteúdo, dou as minhas mais cordiais boas-vindas ao livro da Luciana Storto. Este livro contribuirá no conhecimento geral da riqueza que o Brasil tem em termos de línguas, e na conscientização sobre a situação precária dessas línguas. É um livro que introduz o leitor de modo equilibrado em todos os aspectos relevantes do estudo das línguas indígenas e informa sobre os seus contextos históricos, sociolinguísticos e políticos atuais. O livro não pode faltar em cursos sobre linguística indígena nas universidades brasileiras e nas prateleiras de qualquer organização envolvida com a diversidade linguística no país ou mesmo de qualquer pessoa realmente interessada no tema. Espero que uma edição revisada possa beneficiar das observações feitas nesta resenha.

Referências

- Aikhenvald, Alexandra Y. (2012). *The languages of the Amazon*. Oxford: Oxford University Press. doi: [10.1093/acprof:oso/9780199593569.001.0001](https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199593569.001.0001)
- Bakker, Peter (2014). Creoles and typology: Problems of sampling and definition. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 29(2): 437-455. doi: <https://doi.org/10.1075/jpcl.29.2.09bak>
- Bakker, Peter; Gretenkort, Tobias; Parkvall, Mikael (2018). Dr. Crevaux's Wayana-Carib Pidgin of the Guyanas: A grammatical sketch. *Amerindia: Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne* 40: 169-217.
- Costa, Jéssica (2014). *A estrutura argumental da língua Dâw* (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-30092014-175441/publico/2014_JessicaClementinoDaCosta_VCorr.pdf
- Crevels, Mily; Muysken, Pieter (2005). Inclusive-exclusive distinctions in the languages of central-western South America. In Elena Filimonova (org.), *Clusivity: Typology and case studies of the inclusive-exclusive distinction*, pp. 313-339. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins. doi: <https://doi.org/10.1075/tsl.63.15cre>
- Crevels, Mily; Voort, Hein van der (2008). The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In Pieter Muysken (org.), *From linguistic areas to areal linguistics*, pp. 151-179. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins. doi: <https://doi.org/10.1075/slcs.90.04cre>
- Cysouw, Michael (2013). Inclusive/Exclusive distinction in independent pronouns. In Matthew Dryer; Martin Haspelmath (orgs.), *The world atlas of language structures online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. <http://wals.info/chapter/39>
- Franchetto, Bruna (2003). As artes da palavra. *Cadernos de Educação Escolar Indígena* 2(1): 19-51. Barra do Bugres: UNEMAT.
- Franchetto, Bruna; Balykova, Kristina (orgs.) (2020). *Índio não fala só tupi: Uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras.

⁷ Referências obviamente não incluídas na lista bibliográfica desta resenha.

- Gonçalves, Cristina Helena R. C. (1987). *Concordância em Mundurukú*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas: Resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE.
http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf
- Lévi-Strauss, Claude (1955). *Tristes tropiques*. Paris: Librairie Plon.
- Martins, Silvana Andrade (2004). *Fonologia e gramática Dâw* (Tese de doutorado.). Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam.
<https://www.lotpublications.nl/fonologia-e-gramatica-daw-tomo-ii-fonologia-e-gramatica-daw>
- Mattoso Câmara Jr., Joaquim (1965). *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Meira, Sérgio (2006). Stative verbs vs. nouns in Sateré-Mawé and the Tupian family. In Grażyna J. Rowicka; Eithne B. Carlin (orgs.), *What's in a verb? Studies in the verbal morphology of the languages of the Americas*, pp. 189-214. Utrecht: LOT.
- Moore, Denny (2011). Línguas indígenas. In Heliana Mello; Cléo Altenhofen; Tommaso Raso (orgs.), *Os contatos linguísticos no Brasil*, pp. 217-239. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Moore, Denny (2014). Historical development of Nheengatu (Língua Geral Amazônica). In Salikoko Mufwene (org.), *Iberian imperialism and language evolution in Latin America*, pp. 108-142. Chicago: University of Chicago Press.
- Nimuendajú, Curt (1926). *Die Palikur-Indianer und ihre Nachbarn*. Göteborg: Elanders Boktryckeri Aktiebolag.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1964). A classificação do tronco linguístico Tupí. *Revista de Antropologia* 12(1-2): 99-104.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1986). *Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- Siewierska, Anna (2004). *Person*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Storto, Luciana R. (2002). Algumas categorias funcionais em Karitiana. In Ana Suelly Arruda Câmara Cabral; Aryon Dall'Igna Rodrigues (orgs.), *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, gramática e história*, Atas do I. Encontro Internacional do GTLI, tomo II, pp. 151-176. Belém: Editora Universitária UFPA.
- Storto, Luciana R.; Demolin, Didier (2012). The phonetics and phonology of South American languages. In Lyle Campbell; Verónica Grondona (orgs.), *The indigenous languages of South America: A comprehensive guide*, pp. 167-233. Berlin / Boston: De Gruyter Mouton. doi: <https://doi.org/10.1515/9783110258035.167>
- Storto, Luciana R.; Karitiana, Garcia; Karitiana, Nelson (2019). Karitiana - Gokyp - O Sol. *Revista Linguística* 15(1): 418-445. doi: <http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2019.v15n1a25577>
- Thomason, Sarah G. (2001). *Language contact: An introduction*. Washington, D.C.: Georgetown University Press.

Recebido: 28/2/2021

Versão revista e corrigida: 14/12/2021

Aceito: 15/12/2021

Publicado: 16/12/2021